

A POBREZA VAI VENCENDO O BRASIL

Estamos entrando no quarto ano do terceiro mandato de Lula na Presidência que, na prática, não saiu do poder quando elegeu sua sucessora, Dilma Rousseff. Lula vive de uma promessa de combater a pobreza, levar dignidade aos desassistidos e construiu sua carreira sobre uma imagem de um São Francisco de Assis bolivariano, uma espécie de santo secularizado devotado aos pobres.

Mas, para quem não é devoto da teologia secular lulista, o “combate à pobreza” não passa de ferramenta de manutenção do poder, porque acabar com a pobreza é acabar com seu eleitorado, militância orgânica e objeto de fé. Lula mantém a pobreza como ativo político. A promessa de reduzi-la ou exterminá-la reaparece a cada ciclo eleitoral, sempre com novas narrativas, mas nunca é combatida porque a pobreza em massa sustenta a base eleitoral, amplia a dependência econômica e facilita a administração social por meio de benefícios.

Um altíssimo volume de pobres e desprovidos de autonomia econômica produz previsibilidade política, reduz o custo de governabilidade e torna o pêndulo do poder controlável. A agenda petista, portanto, não foi arquitetada para extinguir a pobreza como condição social; orienta-se para preservá-la em nível funcional, com alívios periódicos suficientes para manter a adesão e com mudanças insuficientes para dissolver a dependência. Praticamente um massacre administrativo que trata espaços periféricos como campos de concentração, mantém o ambiente inóspito para a produção e mantém dívidas como muralhas.

Os números até janeiro de 2026 confirmam a permanência do regime de concentração. O 1% mais rico detém 37% do patrimônio nacional. Os 10% mais ricos capturam 59% da renda total. Os 50% mais pobres ficam com apenas 2,4% da riqueza. Com metade da população quase sem patrimônio, a promessa de combate à desigualdade vira a cenoura pendurada à frente do burro quando o governo preserva o desenho que concentra riqueza no topo e impede acumulação na base. Patrimônio não é gerado ex nihilo, do nada absoluto, ou por meio do poder do Estado; nasce de produtividade, emprego estável, qualificação, crédito produtivo e regras que retirem vantagens automáticas de quem já concentra renda e riqueza. Sem isso, a desigualdade permanece, com pequenas oscilações incapazes de alterar a hierarquia social.

Enquanto a retórica é de cuidado com os pobres, o ambiente de negócios permanece inóspito e com custo financeiro elevado, baixa densidade tecnológica, insuficiência de infraestrutura, política produtiva frágil e a preservação de rendas protegidas por regulação e favorecimento. O Estado se mantém hipertrofiado em capacidade fiscal, regulatória e burocrática, criando meios para extorquir o setor produtivo em vez de promover a harmonia de interesses entre trabalhadores e empregadores. O resultado direto aparece em renda instável, informalidade persistente, poupança baixa e dependência crônica de repasses e serviços controlados politicamente.

Esse processo é, pura e simplesmente, a lupemproletarização do Brasil. Trata-se da produção deliberada de uma massa social com vínculo precário ao trabalho produtivo, com baixa capacidade de organização independente, com vida econômica subordinada a programas e canais estatais. Um Estado mais forte diante de um povo materialmente mais fraco amplia a estabilidade do governo e reduz o espaço de contestação. O Brasil não está combatendo a pobreza; é a pobreza que está deteriorando o tecido social brasileiro. A pobreza está vencendo o Brasil!

- **O terceiro mandato de Lula** consolida uma política de promessa permanente, na qual “combater a pobreza” funciona como mecanismo de manutenção de poder.
- **A concentração de riqueza persiste** e a estrutura econômica bloqueia autonomia, produtividade e acumulação patrimonial na base social.
- **A lupemproletarização avança:** o Estado se fortalece diante de uma massa dependente e precarizada, e a pobreza corrói o tecido nacional.

